

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE OS GASTOS COM O SETOR PRIVADO ENTRE 2020 E 2021 NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUIABÁ-MT

Ualter dos Santos Rojas

Mestrando em Educação -
UNEMAT
ualter.rojas@unemat.br

Adriana Marangueli da Silva

Mestranda em Educação - UNEMAT
adriana.marangueli@unemat.br

Adriana Rodrigues Santos Brito

Mestranda em Educação- UNEMAT
adriana_rsbrito@hotmail.com

Rosemeyre Pinheiro de Oliveira

Mestranda em Educação - UNEMAT
pinheiro.oliveira@unemat.br

Marilda de Oliveira Costa

Doutora em Educação UFRGS
Professora Adjunta da Faculdade de Educação e Linguagens (UNEMAT)
marilda.costa@unemat.br

INTRODUÇÃO

Buscamos através desta pesquisa, compreender e apresentar os gastos com a privatização no orçamento da rede municipal de educação de Cuiabá-MT. Pesquisas como a desenvolvida por Adrião, Garcia e Drabach (2020) evidenciam que a privatização em educação passou por diversas adaptações nos últimos anos, deixando de operar apenas a transferência dos recursos e do patrimônio público e do fortalecimento e investimentos na rede particular. Tornando-se um campo altamente lucrativo, as modalidades de privatização em educação avançaram em campos como a gestão educação, a oferta e o currículo, as

terceirizações além do estabelecimento de parcerias público-privadas que não preveem a transferência de recursos financeiros, mas acabam possibilitando que o setor privado interfira na elaboração das políticas públicas. (PERONI; OLIVEIRA, 2020).

Desta forma, baseamos nossa investigação em uma abordagem quanti-qualitativa para compreendermos o comportamento dos gastos com o setor privado na rede municipal de educação de Cuiabá-MT, fundamentando-nos em uma revisão bibliográfica de pesquisas sobre a privatização, e documental analisando a Lei Orgânica do Município e decretos que abordem o financiamento educacional, além de portarias, contratos e convênios que caracterizem privatização em educação durante os anos de 2020 e 2021.

DESENVOLVIMENTO

Localizado na região centro-sul mato-grossense, o município de Cuiabá foi fundado em 1719, possui uma população estimada em 623.614 habitantes, tendo como principais atividades econômicas a agricultura, silvicultura, extração vegetal, pecuária, turismo, indústria e comércio. Em complemento, destacamos que a rede municipal de educação foi responsável nos anos de 2020 por 51.034 matrículas e no ano de 2021, por cerca de 52.788 matrículas de alunos da educação infantil e anos iniciais e anos finais ensino fundamental. (IBGE, 2022).

Assim, analisaremos o valor total de arrecadação nesse período e o total investido em despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Quadro 1 – Total de arrecadação e de investimento em MDE, entre 2020 e 2021.

<i>Exercício Fiscal</i>	<i>Arrecadação Total (Impostos próprios + Transferências)</i>	<i>Despesas em MDE</i>
2020	R\$ 1.482.533.877,60	R\$ 479.122.841,06
2021	R\$ 1.719.978.959,26	R\$ 490.036.296,89

Fonte: SIOPE (2022)

Assim, ao consultarmos o art. 212 da CF/88, verificamos que os municípios devem – obrigatoriamente – investir o mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino. Contudo, ao analisarmos a Lei Orgânica de Cuiabá, identificamos em seu art. 143º, alínea b, que a partir do ano de 1992, o município passaria a aplicar o mínimo de 35% da sua arrecadação em gastos com MDE.

Neste sentido, o quadro 1 apresenta que nos exercícios fiscais de 2020 e 2021, foram aplicados cerca de 32,33% e 28,49%, respectivamente, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino. Se tomarmos como base a CF/88, podemos compreender que foram cumpridos os mínimos constitucionais, mas por outro lado, se partirmos da Lei Orgânica Municipal, o município não conseguiu atingir esse percentual.

No entanto, é necessário destacarmos que nesse período o mundo estava enfrentando a pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), fator que impactou a arrecadação em todos os entes federados. Apoiamo-nos em Alves et al. (2020) para compreendermos que ao causar essa queda na arrecadação, automaticamente os recursos destinados ao financiamento também se reduziram. Diversas medidas foram implementadas para conter a queda na arrecadação dos entes federados, mas que não conseguiram mitigar todos os efeitos causados pela pandemia. Para além da redução no orçamento público, o período pandêmico foi responsável por possibilitar a realização de diversos contratos e convênios com o setor privado, podendo caracterizar privatização.

Segundo Peroni e Oliveira (2020) existem duas formas de privatização, sendo a primeira é a privatização da educação que tem por objetivo converter as receitas públicas em lucro para o setor privado, já a segunda é a privatização na educação que busca controlar os conteúdos e influenciar na elaboração de políticas públicas que beneficiem o privado. Assim, analisaremos os recursos destinados a MDE que são direcionados a pagamentos para o setor privado, apoiando-nos nos seguintes elementos de despesas das categorias econômicas (EDCEs).

Quadro 2 – Recursos destinados a pessoas jurídicas

<i>EDCE</i>	<i>Exercício Fiscal</i>	
	<i>2020 (R\$)</i>	<i>2021 (R\$)</i>
3.33.90.39.05.00 - Serviços Técnicos Profissionais	3.425.360,21	-
3.33.90.39.47.00 - Serviços de comunicação	100.294,46	832.686,99
3.33.90.39.57.00 - Serviços Técnicos Profissionais de T.I	7.089.826,93	-
3.33.90.39.63.00 - Serviços Gráficos e Editoriais	645.387,78	-
3.33.90.39.65.00 - Serviços de Apoio ao Ensino	5.220.434,53	8.336.063,97
3. 33.90.39.77.00 - Vigilância Ostensiva/Monitorada	-	-
3.33.90.39.79.00 - Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	4.453.930,43	-
3. 33.90.40.00 - Serviços de TIC - PJ	-	7.383.778,08
3. 33.90.40.06 - Locação de Software	-	1.253.817,87
3. 33.90.40.12 - Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC	-	6.120.085,21
3.33.50.00.00.00 - Transferências a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	13.954.392,04	20.731.616,94
<i>Total</i>	<i>34.889.626,38</i>	<i>44.658.049,06</i>
<i>Total corrigido¹</i>	<i>41.183.997,58</i>	<i>48.724.959,34</i>

Fonte: Elaborado pelos autores através das despesas efetivamente pagas e disponibilizadas no SIOPE(2022).

Ao analisarmos as informações disponibilizadas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), corrigidas pelo INPC, constatamos que aproximadamente 8,60% e 9,94% do total dos recursos investidos em educação nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, foram direcionados ao setor privado. Ainda de acordo com as informações, houve um aumento nos gastos na ordem de R\$ 7.540.961,76 entre os anos analisados.

Destacamos que dentre os produtos e serviços licitados e contratados estão Sistemas de Ensino Privados, serviços de mão de obra terceirizada, plataforma digitais de ensino e aprendizagem, serviços de consultoria em gestão, entre outros que configuram a privatização em educação.

¹ Valores atualizados utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) disponibilizado pelo Banco Central, tendo como referência final o mês de junho de 2022

CONCLUSÕES

Compreendemos que o processo de financiamento da educação no Brasil tem passado por muitos percalços nos últimos anos, sobretudo com os avanços das políticas neoliberais e neoconservadoras, neste sentido, buscamos apresentar como os recursos públicos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino têm sido transferidos para atores privados no município de Cuiabá.

Concluímos nosso trabalho, concordando com Caetano e Costa (2018) ao afirmarem que no contexto de redefinição do papel do Estado em que estamos vivendo, as estratégias de privatização se modificam para aumentar ainda mais a lucratividade das elites financeiras, sobretudo no período da pandemia, conforme observamos neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; GARCIA, Teise; DRABACH, Nádía. A influência de atores privados na educação paulista: a primeira geração da privatização. **Políticas Educativas**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 96-108, 2020.

ALVES, Thiago et al. Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 4, pp. 979-993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CUIABÁ. Lei Orgânica Municipal. 1990. Disponível em: http://www.camaracba.mt.gov.br/arqs/LEI_ORGANICA_DO_MUNICIPIO.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

CAETANO, Maria Raquel; COSTA, Marilda Oliveira. **Gerencialismo, Internacionalização da educação e o papel da Teach for all no Brasil**. **REVISTA Educação em Questão** (ONLINE), v. 56, p. 249-275, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Cuiabá**. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-verde/panorama>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de

institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista** [online]. 2020, v. 36, e77554.

SIOPE. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. **Dados Informados pelo Município de Cuiabá**. 2022. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/dadosInformadosMunicipio.do>. Acesso em: 25 jul. 2022.